

**Número do Candidato**

453

**Natureza da Emenda**

Aglutinativas: é a fusão de duas ou mais teses.

**Indique o Nº da tese (Aglutinativa)**

84, 86

**Insira o texto Aglutinado das duas ou mais propostas contempladas com a fusão (Aglutinativa)**

É imperioso que o Estado promova a reconfiguração das diretrizes macroeconômicas nacionais, de modo que a elaboração e execução da nova política macroeconômica sirva à Nação e destine-se à proteção e ao estímulo do desenvolvimento econômico e social do país, tendo em vista o bem-estar coletivo e o interesse de superação das desigualdades econômico-sociais presentes no âmbito nacional.

**Justificativa (Aglutinativa)**

Em "O Capital do Século XXI", o economista Thomas Piketty discorre acerca do cenário econômico global do século atual, o qual é destacado pela forte concentração de riqueza por parte de uma minoria e pela significativa desigualdade social. Sobre isso, o Brasil, sobretudo no contexto pandêmico vigente, apresenta ambos os traços identificados por Thomas, notadamente acentuados, o que evoca, nesse sentido, a análise do espectro econômico brasileiro e a demanda de reconfiguração das diretrizes macroeconômicas do país, anelando o crescimento econômico e a justiça social.

Inicialmente, é mister pontuar que o quadro social hodierno no país é descrito, conforme dados do governo, pela expansão da fome e pelo aumento da desigualdade social, o que gera uma desarmonia econômico-social entre os nacionais. Sob a conjuntura atual, torna-se evidente que o Estado tem falhado no seu compromisso legal de assegurar a todos os brasileiros nascimento igual em dignidade e direitos, elementos reconhecidos como fundamentais ao cidadão pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Afinal, no país, o cenário social é marcado pelo acúmulo de riqueza e pela injustiça socioeconômica descritas por Piketty, o que indica que parte da população não goza, plenamente, dos direitos expressos pela DUCH e assegurados pela Lei Maior de 1988, não havendo, assim, igualdade no acesso aos benefícios normativos.

Portanto, nota-se que o quadro econômico local, em meio a pandemia de covid-19, é atestado pela acentuação das disparidades econômico-sociais já presentes no país. Logo, faz-se necessário que o Ministério da Cidadania, em parceria com o Ministério da Economia, entidade estatal incumbida de assegurar a dignidade financeira do povo, reconfigure as diretrizes macroeconômicas do país, através da criação de uma equipe técnica interministerial, a fim de que o cenário econômico caótico vigente seja mitigado e que, com isso, os direitos estipulados pela DUCH, enfim, tornem-se efetivos para todos os brasileiros